

## AULA ABERTA LINGUAGEM CLARA: O DIREITO DE ENTENDER (PARCERIA TRT4 + TJ-RS)

 Inscrições até o dia **09-09-2025**, [neste link](#).



**TRT-4ª REGIÃO** Rio Grande do Sul

**ESCOLA JUDICIAL** DO TRT DA 4ª REGIÃO

**TJ-RS**

**EVENTO PRESENCIAL**

**AULA ABERTA**

**LINGUAGEM CLARA: O DIREITO DE ENTENDER**

**09-09-2025 (3ª-feira) - 10h às 12h**

**André Tesheiner**  
Juiz de Direito. Coautor do Guia de Linguagem Simples do TJ-RS. Membro da Comissão de Inovação do TJ-RS.

**Ana Cláudia Cachapuz Silva Raabe**  
Juíza de Direito. Coautora do Guia de Linguagem Simples do TJ-RS.

**Amanda Milhão Soares**  
Assessora de Magistrado no TJ-RS. Formadora pela ENFAM. Membro do Grupo de Trabalho de Linguagem Simples do TJ-RS.

**2 h/a**  
**300 vagas**

**Local:** Plenário do TRT4 (Av. Praia de Belas, 1.100, Porto Alegre, RS)

**Público-alvo:** Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 e do TJ-RS; Estagiários do TRT4 e do TJ-RS; Advogados(as) e Estudantes de Direito.

Este evento atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 16 da Agenda 2030 da ONU

10 INOVAÇÃO E INOVAÇÃO

16 PAZ, JUSTIÇA E FORTE INSTITUIÇÕES

**SisEJud**

Inscrições até o dia 08-09:  
<https://sisejud.trt4.jus.br/ejud/>

<b>DATA/PERÍODO</b>	<b>09-09-2025 (3ª-feira)</b>
<b>HORÁRIO</b>	10h às 12h
<b>FORMATO</b>	Curso ▾
<b>MODALIDADE</b>	Presencial ▾
<b>APOIO, PARCERIA</b>	Linova - Laboratório de Inovação do TRT4 Comissão de Inovação do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - INOVAJUS

<b>DIÁRIAS</b>	Não há previsão de pagamento de diárias aos(às) participantes. Despesas com deslocamento poderão ser ressarcidas, conforme <a href="#">orientações disponíveis aqui</a> .		
<b>LOCAL</b>	Plenário Milton Varela Dutra - TRT4 (Av. Praia de Belas, 1.100, Porto Alegre, RS).		
<b>DOCENTES</b>	<b>Papel</b>	<b>Nome completo</b>	<b>Currículo resumido</b>
<b>1</b>	Docente ▾	<b>André Tesheiner</b>	Juiz de Direito. Coautor do Guia de Linguagem Simples do TJ-RS. Membro da Comissão de Inovação do TJ-RS.
<b>2</b>	Docente ▾	<b>Ana Cláudia Cachapuz Raabe</b>	Juíza de Direito. Coautora do Guia de Linguagem Simples do TJ-RS.
<b>3</b>	Docente ▾	<b>Amanda Milhão Soares</b>	Assessora de Magistrado no TJRS. Formadora pela ENFAM. Membro do Grupo de Trabalho de Linguagem Simples do TJ-RS.
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 e do TJ-RS; Estagiários(as) do TRT4 e do TJ-RS; Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as); Advogados(as) e Estudantes de Direito.		
<b>VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES</b>	400		
<b>CARGA HORÁRIA</b>	2 horas-aula		
<b>JUSTIFICATIVA</b>	<p>A comunicação no Poder Judiciário ainda apresenta barreiras que dificultam a compreensão por parte da população, como excesso de formalismo, uso de termos técnicos desnecessários e construções sintáticas complexas. Essas práticas comprometem a transparência, a efetividade da prestação jurisdicional e a confiança social nas instituições. A adoção da Linguagem Simples contribui para a redução dessas barreiras, tornando as decisões e atos processuais mais claros, objetivos e acessíveis, sem perda de rigor técnico.</p> <p>No contexto do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e da Meta 9 do CNJ – desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos de Laboratórios de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade –, esta ação conjunta entre o TRT4 e o TJRS visa promover a mudança cultural e prática na redação de textos judiciais e administrativos. O curso busca sensibilizar magistrados, servidores e demais operadores do Direito sobre a importância de adaptar a comunicação ao público-alvo, fortalecendo o acesso à Justiça e alinhando-se aos ODS 10 (Redução das desigualdades) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) da Agenda 2030.</p>		
<b>EMENTA</b>	Fundamentos e princípios da Linguagem Simples no contexto judicial. Barreiras de compreensão e impacto na efetividade da Justiça. Estratégias para tornar textos judiciais e administrativos mais claros e acessíveis. Exemplos práticos de reescrita e adaptação de documentos. Integração da Linguagem Simples aos objetivos institucionais do Poder Judiciário. Conexão com o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples.		
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<p>Introdução à Linguagem Simples no Judiciário</p> <p>1.1 Contexto e relevância para o acesso à Justiça</p> <p>1.2 Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e Recomendação nº 144 do CNJ</p> <p>Problemas atuais de comunicação no meio jurídico</p> <p>2.1 O uso do “juridiquês” e seus impactos na compreensão</p> <p>2.2 Barreiras decorrentes da formação escolar e da ausência de ensino de redação jurídica</p> <p>2.3 Resistência cultural à simplificação da linguagem</p> <p>Princípios e diretrizes da Linguagem Simples</p> <p>3.1 Clareza, precisão e concisão</p> <p>3.2 Comunicação voltada ao leitor e uso adequado de termos técnicos</p>		

	<p>Orientações práticas para revisão e reescrita de textos</p> <p>4.1 Organização da informação: ordem lógica e hierarquia de ideias</p> <p>4.2 Frases e parágrafos: ordem direta, voz ativa, uso da afirmativa</p> <p>4.3 Escolha de palavras: substituição de termos rebuscados, explicação de termos técnicos, redução de estrangeirismos e siglas</p> <p>4.4 Exemplos práticos de reescrita de sentenças, despachos e comunicações administrativas</p>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<p>Ao final da atividade, o(a) participante deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar barreiras de compreensão presentes em textos jurídicos e administrativos.</li> <li>2. Aplicar os princípios de clareza, precisão e concisão na redação de documentos judiciais.</li> <li>3. Organizar informações conforme a hierarquia de importância, adequando a estrutura ao público-alvo.</li> <li>4. Reescrever documentos jurídicos usando técnicas de Linguagem Simples.</li> </ol>
<b>METODOLOGIA</b>	<p>A atividade será conduzida por meio de exposição dialogada, com apresentação estruturada dos conceitos, princípios e diretrizes da Linguagem Simples, intercalada com a análise de casos e exemplos reais de textos judiciais e administrativos.</p> <p>Durante a exposição, serão projetados trechos originais de decisões, despachos e comunicações internas, comparados a versões reescritas segundo as orientações da Linguagem Simples. A análise buscará identificar barreiras de compreensão, alternativas de redação e efeitos práticos da simplificação, incentivando intervenções e comentários do público.</p> <p>O formato privilegia a troca de percepções a partir dos exemplos apresentados, permitindo que os participantes compreendam, concretamente, como aplicar a Linguagem Simples no seu contexto de trabalho.</p>
<b>AVALIAÇÃO</b>	<p><b>Para magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Avaliação de aprendizagem:</b> Registro reflexivo, que deve refletir o aprendizado obtido durante a capacitação.</li> <li>- <b>Avaliação de reação:</b> Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado.</li> </ul>
<b>CERTIFICAÇÃO</b>	<p>Condicional ao registro da frequência e à realização das atividades propostas e da avaliação de aprendizagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4:</b> Terão direito à certificação aqueles(as) que registrarem frequência na atividade e responderem a avaliação de aprendizagem satisfatoriamente, dentro do prazo informado.</li> <li>- O(A) aluno(a) receberá um e-mail para responder à Avaliação de Reação na semana seguinte <b>ao prazo final de encerramento da turma. Na mesma oportunidade, o certificado dos(as) alunos(as) aprovados(as) estará disponível no SisEJud.</b></li> <li>- <b>Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TJ-RS, magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as), advogados(as) e estudantes:</b> Para aqueles(as) que registrarem a frequência, será disponibilizada uma <b>declaração de participação</b>, que poderá ser consultada pelos(as) próprios(as) interessados(as) diretamente no SisEJud.</li> </ul>
<b>ACESSIBILIDADE</b>	<p>Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud.</p>
<b>FINALIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Magistrados(as): Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Formação Continuada; Promoção por Merecimento.</li> <li>- Servidores(as): Adicional de Qualificação; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Promoção.</li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<p>GIDI, Antonio. Redação jurídica: estilo profissional: forma, estrutura, coesão e voz. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2024.</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Guia de Linguagem Simples. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <a href="https://www.tjrs.jus.br/static/2022/07/Guia-de-Linguagem-Simples-TJRS.pdf">https://www.tjrs.jus.br/static/2022/07/Guia-de-Linguagem-Simples-TJRS.pdf</a></p> <p>FISCHER, Heloísa. Impactos da linguagem simples na compreensibilidade da informação em</p>

	<p>governo eletrônico: o caso de um benefício do INSS. 2021. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes &amp; Design, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:  <a href="https://comunicasimples.com.br/2021/09/12/minha-dissertacao-de-mestrado-na-puc-rio-esta-online">https://comunicasimples.com.br/2021/09/12/minha-dissertacao-de-mestrado-na-puc-rio-esta-online</a> .</p>
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p><b>Servidores(as) do TRT4:</b> 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.</p> <p><b>Magistrados(as) do TRT4:</b> Em atendimento à solicitação da Corregedoria Regional, informamos que, no período de frequência do curso, não haverá substituição por outro/a magistrado/a e que as pautas porventura remanejadas serão realizadas necessariamente pelo(a) interessado(a).</p>



***Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº  
 10 - Redução de Desigualdades  
 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes***



***Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:***

- [!\[\]\(7a8011739ec4e250e2f89a547d75fb0a\_img.jpg\) 1\) Público Interno do TRT4 - Magistrados\(as\) e Servidores\(as\), inclusive aposentados\(as\);](#)
- [!\[\]\(07dce76283bf618e2364d95ae0021e26\_img.jpg\) 2\) Público Externo.](#)